



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

Convênio 29/2025 /RETOMADA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, E O MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS - GOIÁS, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkeviciene Moura**, inscrito no CPF nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 02.647.303/0001-26, com sede na Praça das Cavalhadas, 401, Centro, Pilar de Goiás/GO, CEP: 76.372-000, neste ato representado pelo Sr. **TIAGO JAPIASSU BATISTA DO NASCIMENTO ANDRADE**, inscrito no CPF: XXX.271.891-XX, residente e domiciliado na Rua Soares Fonseca, Quadra 14, Lote 01-A, Setor Jandira, Pilar de Goiás/GO, CEP 76.372-000, doravante denominado **CONVENENTE**, celebram o presente Convênio, em conformidade com o disposto no processo nº (202519222002084), mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro às ações relacionadas à estruturação do evento **comemorativo dos 284 anos do Município de Pilar de Goiás**, tendo como objetivo viabilizar a realização das festividades que irá ocorrer no **dia 04 de outubro de 2025**, promovendo o fomento à Política Estadual do Turismo no Estado de Goiás, bem como ao impulso cultural, com a viabilidade de empregos diretos e indiretos, além da elevação de renda e a valorização cultural da região.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (80365219), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (80365219), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho (80365219) aprovado, que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

5.1 Compete ao CONVENENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.1.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.1.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.1.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.1.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.1.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.1.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.1.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho (80365219) aprovado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.1.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.1.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.1.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.1.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.1.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.1.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.1.14 exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

5.1.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

5.1.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

5.1.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;

5.1.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do objeto;

5.1.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

5.1.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;

5.1.21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.1.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;

5.1.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

5.1.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

5.1.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;

5.1.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

5.1.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos Parágrafos Quarto ao Oitavo desta Cláusula;

5.1.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;

5.1.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos contratos e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.1.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais

de grande concentração de público do evento;

5.1.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.1.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.1.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores;

5.1.37 Sempre que possível, identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de contratos, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

1. ofício de encaminhamento;

2. relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

3. cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

4. cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5. relatório de execução físico-financeira;

6. demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

7. relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

8. relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

9. extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

10. extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

11. comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

12. cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua ineligibilidade, com o respectivo embasamento legal;
13. cópia dos contratos firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;
14. notas fiscais/faturas;
15. o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;
16. – a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e
17. o termo de compromisso por meio do qual o conveniente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º deste Decreto, a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (80365219) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho (80365219), que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$ 100.220,00 (cem mil, duzentos e vinte reais)**, cabendo ao proponente a título de contrapartida o valor de **R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)**, e ao CONCEDENTE, o valor de **R\$100.000,00 (cem mil reais)**, correndo a despesa à conta do Orçamento do Estado de Goiás, conforme Plano de Trabalho (80365219) aprovado.

Da **CONCEDENTE**:

Dotação Orçamentária: 2025.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 25010100

Nota de Empenho: 2025.4201.063.00014

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (80365219) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho (80365219).

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENENTE não for aceita, observado o previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (80365219), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho (80365219), mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o convenente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria nº 255, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo

disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho (80365219) aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho (80365219) e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho (80365219) nas condições estabelecidas.

10.10 Ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio;

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Participes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho aprovado, bem como manter em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e

e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

CÉSAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA

Secretário de Estado de Retomada

Pela **CONVENENTE**:

TIAGO JAPIASSU BATISTA DO NASCIMENTO ANDRADE

Prefeito do Município de Pilar de Goiás - GO



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 02/10/2025, às 17:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Japiassu Batista do Nascimento Andrade, Usuário Externo**, em 02/10/2025, às 19:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **80476491** e o código CRC **5C2C5AC0**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXERIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro
SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095



Referência: Processo nº 202519222002084



SEI 80476491

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente:		1.2 CNPJ:	
Secretaria de Estado da Retomada		37.992.607/0001-05	
1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central			
1.4 Cidade:	1.5 UF:	1.6 CEP:	1.7 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.8 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.9 Site: www.retomada.go.gov.br	
1.10 Nome do Responsável pela instituição:		1.11 CPF:	
Cesar Augusto de Stokeviciene Moura		XXX.145.881-XX	
		1.12 C.I (Órgão Expedidor):	
		3100305 SSP-GO	
1.13 Endereço:			
Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central			
1.14 Cidade:	1.15 UF:	1.16 CEP:	1.17 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.18 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.19 Site: https://www.retomada.go.gov.br/	

2. DADOS CADASTRAIS - CONVENENTE

2.1 Órgão/Entidade Proponente:		2.2 CNPJ:	
Município de Pilar de Goiás		02.647.303/0001-26	
2.3 Endereço:			
Praça das Cavalhadas, 401, Centro			
2.4 Cidade:	2.5 UF:	2.6 CEP:	2.7 DDD/Telefone:
Pilar de Goiás	GO	76.372-000	(62) 9 8114-7386
2.8 E-mail: gabinete.pilardegoias@outlook.com / prefeito@pilar.go.gov.br		2.9 Site: pilar.go.gov.br	
2.10 Nome do Responsável pela instituição:		2.11 CPF:	
Tiago Japiassu Batista do Nascimento Andrade		XXX.271.891-XX	
		2.12 C.I (Órgão Expedidor):	

2.13 Endereço			
Rua Soares Fonseca, Quadra 14, Lote 01-A, Setor Jandira			
2.14 Cidade:	2.15 UF:	2.16 CEP:	2.17 DDD/Telefone:
Pilar de Goiás	GO	76.372-000	(62) 98588-6896
2.18 E-mail:		2.19 Site:	
Tiago.japiassu@gmail.com		prefeito@pilar.go.gov.br	

3. DADOS CADASTRAIS - GESTOR (A) DO CONVÊNIO

3.1 Nome:		3.2 CPF:	
Joselio Rodrigues do Nascimento Neto		xxx.385.761-xx	
3.3 Vínculo com Conveniente: Prefeito Municipal de Pilar de Goiás			
3.4 Cidade:	3.5 UF:	3.6 CEP:	3.7 DDD/Telefone:
Pilar de Goiás	GO	76.372-000	(62) 98433-0921
3.8 E-mail:			
Gabinete.pilardegoias@outlook.com			

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1 Título do Projeto:	4.2 Vigência do convênio:	
Apoio ao Aniversário de 284 anos de Pilar de Goiás	Início	Término
	Após a subscrição do Convênio	2 (meses) após a subscrição do Convênio
4.3 Objetivo do Convênio:		
<p>O presente convênio tem por objetivo apoiar financeiramente as ações relacionadas à realização do Aniversário de 284 anos de Pilar de Goiás, viabilizando a infraestrutura necessária para execução do evento. Busca-se, com isso, fomentar o turismo regional, estimular a economia local por meio da movimentação do comércio, hospedagem e alimentação, além de gerar empregos temporários durante o período de montagem, realização e desmontagem do evento, assegurando um ambiente organizado, acessível e seguro para a população e visitantes.</p>		
4.4 Justificativa:		
<p>O Município de Pilar de Goiás, Patrimônio Histórico Nacional, celebra em 04 de outubro de 2025 seus 284 anos de fundação. Trata-se de uma das cidades mais antigas do Estado, de grande relevância histórica, cultural e turística. As edições anteriores do aniversário atraíram milhares de pessoas, com programação cultural e shows artísticos que movimentaram a economia local e fortaleceram o turismo regional. Para este ano, estima-se a participação de aproximadamente 10.000 pessoas, entre moradores e visitantes de cidades vizinhas, gerando emprego temporário, movimentando a rede gastronômica, hoteleira e comercial.</p> <p>A relevância do evento justifica o apoio, considerando que Pilar de Goiás se consolidou como destino cultural, religioso e turístico, e a comemoração reforça a identidade e o orgulho da comunidade local.</p>		

4.5 Caracterização dos Interesses Recíprocos:

A realização das comemorações alusivas ao Aniversário de 284 anos de Pilar de Goiás configura-se como uma ação de interesse recíproco entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Retomada, e o Município de Pilar de Goiás, na medida em que ambos convergem para o fortalecimento do turismo, a dinamização da economia local e a valorização da identidade histórica e cultural da cidade. Ao Estado compete fomentar iniciativas que impulsionem a economia criativa e promovam a geração de empregos diretos e indiretos, assegurando renda aos municípios, enquanto ao Município cabe disponibilizar as condições necessárias para acolher um evento de relevância regional, capaz de consolidar Pilar de Goiás como destino turístico e cultural. Nesse sentido, o apoio financeiro destinado à infraestrutura da festividade não representa apenas um investimento no evento, mas também um instrumento de cooperação institucional que potencializa o desenvolvimento econômico e social, reforçando as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e de valorização das riquezas culturais do município.

4.6 Público-alvo:

População de Pilar de Goiás e visitantes de municípios vizinhos. Público estimado: **10.000 pessoas**.

4.7 Objetivos a serem alcançados:

4.7.1 Objetivo Geral:

A pretensa celebração do convênio tem por escopo apoiar a realização do **Aniversário de 284 anos de Pilar de Goiás**, proporcionando infraestrutura necessária para realização do evento.

Objetivos Específicos:

- Valorizar a história e cultura de Pilar de Goiás.
- Proporcionar lazer gratuito e de qualidade à população.
- Fomentar o turismo e divulgar o município como destino histórico-cultural.
- Estimular a economia local (bares, restaurantes, hospedagem e comércio).
- Garantir condições de segurança, acessibilidade e bem-estar ao público.

4.8 Resultados esperados:

- Público estimado de 10.000 pessoas durante o evento.
- Movimentação econômica significativa nos setores de comércio, hospedagem e alimentação.
- Divulgação positiva da imagem do município em toda a região.
- Fortalecimento das manifestações culturais e identidade local.

4.9 Metas a serem atingidas e indicadores

Meta	Indicadores de Desempenho	Formas de Comprovação	Critério	Desempenho Esperado
Meta 1: Estruturar o espaço do evento	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de estruturas montadas (palco, som, iluminação, banheiros) - Segurança e acessibilidade instaladas 	<ul style="list-style-type: none"> - Notas fiscais e contratos de locação/instalação - Registros fotográficos e vistoria do Corpo de Bombeiros 	Quantitativo e Qualitativo	<ul style="list-style-type: none"> • Ruim: Instalações com falhas/incidentes • Regular: Instalações com ajustes • Bom: Estruturas montadas sem falhas
Meta 2: Realizar atividades culturais e artísticas	<ul style="list-style-type: none"> - Número de atrações realizadas - Participação de artistas locais e regionais - Grau de satisfação do público 	<ul style="list-style-type: none"> - Programação executada e lista de atrações - Pesquisa de satisfação com público e comerciantes - Registro audiovisual 	Quantitativo e Qualitativo	<ul style="list-style-type: none"> • Ruim: -60% do previsto • Regular: 70% a 80% do previsto • Bom: +80% do previsto
Meta 3: Gerar impacto econômico e turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Estimativa de público presente - Movimentação do comércio local - Ocupação da rede de hospedagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Contagem de público (drones/contadores) - Relatos de comerciantes e notas fiscais - Relatório Polícia Militar 	Quantitativo	<ul style="list-style-type: none"> • Ruim: até 7.000 pessoas / baixo impacto econômico • Regular: 8.000 a 9.000 pessoas • Bom: +10.000 pessoas
Meta 4: Avaliar e consolidar relatório final	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de cumprimento das metas (%) - Entrega do relatório final dentro do prazo 	<ul style="list-style-type: none"> - Tabelas de resultados - Relatório de execução e prestação de contas 	Qualitativo e Quantitativo	<ul style="list-style-type: none"> • Ruim: < 90% concluído • Regular: 90% a 95% concluído • Bom: 100% concluído

4.10 Capacidade técnica-operacional

O Município de Pilar de Goiás possui experiência comprovada na realização de eventos de grande porte, a exemplo das edições anteriores do aniversário da cidade e de manifestações culturais tradicionais, como o *Encontro dos Bois de São João* e a *Paixão de Cristo*. Para comprovação da capacidade técnica-operacional, será apresentado, em anexo, um **portfólio** contendo imagens, links e registros das últimas edições, demonstrando a expertise da equipe municipal na organização, execução e finalização desses eventos.

5. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

5.1 Plano de Aplicação				
EXERCÍCIO	TIPO DE DESPESA	CONCEDENTE (R\$)	PROPONENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2025	Contratação Geral	R\$ 100.000,00	R\$ 220,00	R\$ 100.220,00

5.2 Orçamento Detalhado					
Item	Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
5.2.1	GRUPO GERADOR DE 180KVAS, TRIFÁSICO,380/220 VOLTS, SILENCIADO 90 DB A 5M DE DISTÂNCIA, CHAVE REVERSOR, CAIXA DE PASSAGENS CABOS ANTI-CHAMAS, PARA CADA "FASE" E PARA CADA "NEUTRO", SENDO A BITOLA MÍNIMA DE 95MM², COM PONTAS DEVIDAMENTE DE MARCADAS E TERMINAIS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, OS CABOS NÃO DEVERAM TER EMENDAS OU REMENDO SE DEVEM ESTAR EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO; COM COMBUSTÍVEL INCLUSO, TÉCNICO OPERADOR, OPERANDO DO INÍCIO AO FIM DO EVENTO DIARIAMENTE. SENDO A DIÁRIA CORRESPONDENTE Á NO MÍNIMO 01 E NO MÁXIMO 08 HORAS DE USOGERADO	01	DIARIA	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
5.2.2	LOCAÇÃO DE TÚNEL GEO SPACE ORIGINAL, EM ALUMINIO Q 30, LONAS ANTI CHAMAS, PISO DO TIPO ASSOALHO EM ESTRUTURA METALICA E COMPENSADOS CHAPA 20, COM REGULAGEM DE ALTURA 12X40	01	DIARIA	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
5.2.3	PALCO MODELO 02 (DUAS) ÁGUAS, COM 10MTS DE FRENTE POR 08 MTS DE PROFUNDIDADE, COBERTURA ANTE CHAMAS, COM 07 MTS DE ALTURA, COM PISO DE 1,60 MTS DE ALTURA, COM GUARDA CORPO E 01 ESCADA COM CORRIMÃO, HOUSE MIX INSTALADA EM FRENTE AO PALCO (TENDA 4X4), DISCIPLINADORES NA FRENTE DO PALCO, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA -ART, EXTINTORES DE SEGURANÇAS E LUZES DE EMERGENCIA E DEMAIS EXIGÊNCIAS CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – CBMGO, MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DO CONTRATANTE.	01	DIARIA	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
5.2.4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW PIROTECNICO COM MATERIAL CO2	170	QUILOGRAMAS	R\$ 16,00	R\$ 2.720,00
5.2.5	TESTEIRA MONTADA NA FRENTE DO PALCO EM ESTRUTURA DE GROUND DE ALUMINIO MEDINDO 10M DE LARGURA 07M DE ALTURA	01	DIARIA	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

5.2.6	SOM: ESTRUTURA DE SONORIZAÇÃO - SOM PROFISSIONAL PA 32, COM DELAY E AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, MESAS DIGITAIS CONTENDO NO MÍNIMO 64 VIAS, EQUIPAMENTOS DE PALCO QUE ATENDO O REIDER TÉCNICO DE CADA ATRAÇÃO COMO: P.A QUE PRODUZA NO MINIMO 125DB A 35 MTS, SEM DISTORÇÕES EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO. 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO C/ CAIXA 4X10. 01 BATERIA ACUSTICA COMPLETA COM 05 ESTANTES DE PRATOS. 20 PRATICÁVEIS ROSCO OU FEELING COM REGULAGEM DE ATE 1MT., 01 MICROFONE SEM FIO (SHURE, AXIENT, ULX-D, UR4D+), MICROFONES, KIT DE BATERIA /PERCUSSÃO FONES, DIRECT-BOX, SISTEMA DE ENERGIA 110/220 INDIVIDUAL PARA O PALCO, MONITORES DE FRENTE E SUB PARA BATERIA, 01 EAR (SUNHHEISER G3 OU G4) BODYPACK PARA A ARTISTA.; CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DE TODO EQUIPAMENTO. O SISTEMA DE SOM DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE 01 TÉCNICO DE APOIO DE PA, 01 TÉCNICO DE APOIO DE MONITOR, 01 AJUDANTE DE TÉCNICO DE MONITOR, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DO CONTRATANTE.	01	DIARIA	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
5.2.7	ILUMINAÇÃO PARA ATENDER O RIDER TÉCNICO DE CADA ATRAÇÃO ,TENDO MÍNIMO: 24 - REFLETORES PARES 64 – FOCOS 05 LÂMPADAS DE 1.000W CADA, 04 RIBALTAS, 06-MINE BRUTT 06 LÂMPADAS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA 2000 COM VENTILADORES, 01- MESA AVOLITE PEROLA 2004, 08 VARAS DE ACL, 06 IPSOIDAIS, 06 SET LIGHTS, RACK DIMMER HPL, 12 CANAIS, 2000W POR CANAL, GELATINAS COM CORES VARIADAS, CABOS E CONEXÕESPARA LIGAR TODO O SISTEMA, 50 METROS LINEARES DE ESTRUTURA EM DURALUMÍNIO NO FORMATO DE Q30, 20 METROS LINEARES DE ESTRUTURA EM DURALUMÍNIO NO BOX TRUSS, 01- OPERADOR TÉCNICO, 02- AUXILIARES TÉCNICOS, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM	01	DIARIA	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
5.2.8	CARRETA CAMARIM, DIVIDO EM DOIS AMBIENTES SENDO AMBOS COM 7 METROS DE COMPRIMENTOS E 2,5 METROS DE LARGURA, CONTENDO AR CONDICIONADO, SOFÁ, ESPELHO DE CORPO INTEIRO, AMBIENTE PARA FOTOS, PUFs, GELADEIRA, MICROONDAS, TV DE 55 POL, PENTIADEIRA COM CADEIRA, ARARA EMBUTIDA, ARMÁRIOS COM GAVETEIRO E PRATELEIRAS, BANCADA PARA SERVIR, BANHEIRO COM DUCHA QUENTE, VASO SANITÁRIO , CUBA, ESPELHO, PORTA PAPEL HIGIENICO E PORTA PAPEL TOALHA, SECADOR DE CABELO, LIXEIRA, ILUMINAÇÃO DECORATIVA (QUENTE E FRIO) ADEGA, CAIXA D'AGUA COM O RESERVATÓRIO DE 2000 LT, TOMADAS PARA CARREGADORES SOFISTICAÇÃO E CONFORTO UM AMBIENTE ACOMCHEGANTE FORA DE CASA.	01	DIARIA	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
5.2.9	LOCAÇÃO DE 01 PAINEL DE LED OUTDOOR, 6MX4M METROS P4 PARA SER INSTALADO NO FUNDO DO PALCO. MONTAGEM E DESMONTAGEM, OPERADOR, E ESTRUTURA EM GROUNDS PARA FIXAÇÃO DO MESMO	01	DIARIA	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
	TOTAL				R\$ 100.220,00

5.3. O apoio ofertado pelo CONCEDENTE terá como finalidade precípua itens relacionados com estruturas, como definido no objeto do ajuste, não fazendo jus à utilização do repasse para itens relacionados a shows.

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE

EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 100.000,00

6.2. Conforme a tabela supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

6.3. O CONVENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 220,00

7. OBSERVAÇÕES GERAIS

7.1. O Município de Pilar de Goiás será a entidade realizadora das festividades que ocorrerão no dia 04 de Outubro de 2025.

7.2. O Município de Pilar de Goiás será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo o disposto neste Plano de Trabalho.

7.3. O Município de Pilar de Goiás ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, previdenciária e tributária decorrente da execução do objeto do convênio.

8. DECLARAÇÃO

8.1. Na qualidade de representante da Conveniente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:

a) O Município de Pilar de Goiás informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.

b) O Município de Pilar de Goiás irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.

c) O Município de Pilar de Goiás irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.

d) O Município de Pilar de Goiás irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.

e) O Município de Pilar de Goiás não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.

f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Pilar de Goiás não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.

h) O Município de Pilar de Goiás não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.

i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Atividade	Responsável	Período
Preparação (Pré-evento)	Início da montagem da infraestrutura (palco, som, iluminação, camarins, tendas)	Fornecedores contratados / Fiscalização da Prefeitura	01/10/2025
Preparação (Pré-evento)	Reforço da divulgação regional (imprensa, redes sociais, rádios e portais)	Sec. Comunicação	24/09/2025
Preparação (Pré-evento)	Definição de escala das equipes de apoio (segurança, brigadistas,	Coordenação Geral	02/10/2025

	saúde, limpeza)		
Execução (Durante o evento)	Abertura oficial e realização da programação artística-cultural	Prefeitura / Sec. Cultura e Turismo	04/10/2025
Execução (Durante o evento)	Atuação das equipes de segurança, saúde, limpeza e brigadistas	Sec. Saúde / Sec. Obras / Fornecedores	04/10/2025
Execução (Durante o evento)	Acompanhamento e monitoramento em tempo real da execução	Coordenação Geral	04/10/2025
Desmobilização (Pós-evento)	Desmontagem da infraestrutura e recolhimento dos equipamentos	Fornecedores contratados	05/10/2025 a 06/10/2025
Desmobilização (Pós-evento)	Limpeza e restituição do espaço público	Sec. Obras / Equipe de Limpeza	05/10/2025 a 06/10/2025
Prestação de Contas (Pós-evento)	Relatório técnico e fotográfico do evento	Coordenação Geral / Sec. Cultura e Turismo	07/10/2025
Prestação de Contas (Pós-evento)	Apresentação das notas fiscais, comprovantes de despesas e relatórios de público	Prefeitura / Sec. Administração	30/10/2025

Ante o exposto, pede-se **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho.

TIAGO JAPIASSU Assinado digitalmente por TIAGO JAPIASSU BATISTA DO NASCIMENTO
 BATISTA DO ANDRADE:98827189149
 NASCIMENTO MD: C=BR, O=GP-Brasil, OU=AC SOLLITI
 ANDRADE:98827 Multiplicado em: 02.01.2025 15:53:20-03100
 189149 OU=Independência, OU=Certificado, CN=TIAGO JAPIASSU BATISTA DO NASCIMENTO ANDRADE:98827189149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2025.10.01 15:53:20-03100
Font PDF Reader Versão: 2025.2.0

Prefeito Municipal de Pilar de Goiás

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER **APROVA** o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

César Augusto Sotkeviciene Moura
 Secretário de Estado da Retomada



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

DECLARAÇÃO Nº 47 / 2025 RETOMADA/GECG-21307

CONSIDERANDO o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho apresentado pelo **MUNICÍPIO PILAR DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.647.303/0001-26, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 327/2025 (79903595), Processo nº 202519222002084.

DECIDO pela aprovação do Plano de Trabalho Retificado (80365219) apresentado, visando o apoio financeiro às ações relacionadas à estruturação do evento comemorativo dos 284 anos de Pilar de Goiás, tendo como objetivo proporcionar estrutura adequada, fomentar o turismo e a cultura local, além de gerar impacto econômico positivo no comércio e serviços do município, prevista para ocorrer no dia 04 de outubro de 2025.

César Augusto de Sotkeviciene Moura

Secretário(a) de Estado da Retomada

GOIANIA, 02 de Outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, **Secretário (a) de Estado**, em 02/10/2025, às 17:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **80476526** e o código CRC **5146807F**.



Referência: Processo nº 202519222002084



SEI 80476526

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE
SERVIÇO:
0000571042

TÍTULO: EXTRATO DE CONVENIO N.º 029-2025 - PILAR DE GOIAS

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

LOGIN: iara.pereira

CLIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

DATA DA PUBLICAÇÃO: 06/10/2025

SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: APROVADA

DATA DO ENVIO: 03/10/2025

HORA: 08:59:11

VALOR: 478,19

ALTURA (cm): 10.93

COLUNA(S): 1

CM² (Colunas x altura):
10.93

JORNAL: Diário Oficial do Estado de Goiás

CADERNO: Caderno Único

SEÇÃO: II - Secretarias de Estado

**DADOS
DO
ARQUIVO**

EXTENSÃO: docx

IMPRESSÃO

DATA: 03/10/2025

HORA: 09:00:01

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 29/2025

PROCESSO: 202519222002084

ESPÉCIE: Convênio

CONCEDENTE: O **ESTADO DE GOIÁS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA**, inscrita no CNPJ 37.992.607/0001-05.

CONVENIENTE: **MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ 02.647.303/0001-26.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro às ações relacionadas à estruturação do evento **comemorativo dos 284 anos do Município de Pilar de Goiás**, tendo como objetivo viabilizar a realização das festividades que irá ocorrer no **dia 04 de outubro de 2025**, promovendo o fomento à Política Estadual do Turismo no Estado de Goiás, bem como ao impulso cultural, com a viabilidade de empregos diretos e indiretos, além da elevação de renda e a valorização cultural da região.

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2025.

VALOR: **R\$ 100.220,00 (cem mil, duzentos e vinte reais)**, cabendo ao proponente a título de contrapartida o valor de **R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)**, e ao **CONCEDENTE**, o valor de **R\$100.000,00 (cem mil reais)**, correndo a despesa à conta do Orçamento do Estado de Goiás, conforme Plano de Trabalho aprovado.

ASSINATURA: **César Augusto de Sotkeviciene Moura** - Secretário da Secretaria de Estado da Retomada, **Tiago Japiassu Batista Do Nascimento Andrade** - Prefeito do Município de Pilar de Goiás - GO